

Banco deve perder recursos

Brasília — O presidente do Banco do Brasil, Oswaldo Colin, admitiu ontem que o Tesouro Nacional deverá apropriar-se dos recursos adicionais que serão obtidos pelo banco em decorrência da redução do subsídio ao crédito agrícola, com o conseqüente aumento das taxas de juros. Se esses recursos não fossem canalizados para o Tesouro, o banco obteria maior rentabilidade decorrente de suas aplicações na Agricultura.

Colin lembrou que o assunto não foi discutido ainda tecnicamente mas frisou que a quarta Carta de Intenção do Brasil ao FMI, de 15 de novembro de 1983, afirma, em seu item 5, alínea A: "Apropriação pelo Tesouro de lucros resultantes da redução de subsídios das taxas de juros".

Influência na safra

Exatamente pelo fato de não haver precedentes e nem o assunto ter sido submetido a estudo detalhado, há uma dúvida quanto ao que prevê a Lei das S/A: o resultado das aplicações desse tipo de empresa deve se refletir-se no balanço do seu desempenho durante o exercício.

Colin lembrou também que, se for segui-

da "à risca o que prescreve a Carta do Brasil ao FMI, os resultados decorrentes dessa alteração só se farão sentir na próxima safra (1984/85), especificamente a partir do terceiro trimestre de 1985, quando terminam as colheitas.

Ele acha mesmo que a discussão a nível público desse assunto, no momento, não seria aconselhável: levaria o produtor a deixar de se preocupar com a safra que acabou de plantar e a pensar nos custos de uma safra que ainda iria plantar. Se dependesse dele, como lembrou, o assunto não entraria agora em debate no Conselho Monetário Nacional.

Em toda esta discussão, Colin buscou tranquilizar o investidor privado do Banco do Brasil, ao frisar: "Vamos partir para um balanço tranqüilo, para deixar o acionista satisfeito". E disse que as dúvidas que existem no momento seriam sanadas com uma reforma bancária, quando o Banco Central assumiria as funções restritas de autoridade monetária e o Banco do Brasil seria um banco de fomento; assim, deixaria de existir o orçamento monetário anual, na forma como ele é concebido, e os recursos do orçamento seriam todos de origem fiscal.